

A Representação Discursiva do Trabalho do Jornalista no Texto Institucional de Uma Empresa de Informação: A Questão Profissional¹

Anderson Salvaterra MAGALHÃES
(PUC-SP)

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o estatuto do jornalista a partir de sua representação discursiva em uma carta de abertura de um manual de redação de um jornal do Rio de Janeiro. Do ponto de vista interacionista sociodiscursivo, o texto empresarial é concebido como um enunciado em que ações de linguagem constroem o estatuto do jornalista e traduzem parte dos conflitos que a classe enfrenta na organização profissional. A análise textual da carta indica uma tendência da empresa de informação em construir o jornalismo como emprego, e não como uma profissão, o que tem implicações éticas relevantes para o exercício do jornalismo.

Palavras-chave: trabalho do jornalista, representação discursiva, enunciação.

Abstract: The aim of this article is to discuss the statute of journalists from their discursive representation in an opening letter of a writing manual of a newspaper in Rio de Janeiro. From an interactionist sociodiscursive point of view, the empresarial text is conceived as an utterance in which actions of language build the statute of journalists and translate part of the conflicts that this class faces in order to construct their profession. The textual analysis of the letter indicates a tendency of the enterprise of information to build journalism as a job, rather than a profession, which brings relevant ethical implications to the performance of the journalism.

Keywords: work of a journalist, discursive representation, utterance.

¹ Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro do CNPq e da CAPES.

Introdução

O objetivo deste trabalho é apontar parte dos conflitos sociodiscursivos imbricados na construção do jornalismo como profissão a partir da discussão do estatuto profissional do jornalista no discurso institucional de um jornal carioca. Essa questão, abordada aqui de uma perspectiva pontual, trata de embates sociodiscursivos circunscritos no cerne da atual ordem social. Visto que a mídia configura um aparato imprescindível para a articulação política de um mundo cada vez mais globalizado, tratar de qualquer aspecto de sua organização e funcionamento implica lidar com um elemento constitutivo das múltiplas possibilidades de relações sociais que caracterizam e definem a contemporaneidade. Portanto, o processo de consolidação dos profissionais que compõem esse instrumento de transformação social particular está inscrito numa esfera transformadora, em transformação e na qual circulam discursos atravessados por valores que, simultaneamente, constroem a atual ordem social e nela são construídos. Assim, entendemos que este artigo tangencia questões discursivas diretamente ligadas à configuração da sociedade.

As transformações históricas da humanidade sempre estiveram atreladas à invenção de instrumentos que favorecessem mudanças nas relações sociais (SANTOS, 2000). A escrita, a imprensa, o telefone, os meios de transporte etc. permitiram interações que diminuiriam, gradativamente, a distância espaço-temporal entre as pessoas. O grande avanço tecnológico tem viabilizado a organização do mundo em uma sociedade global e provocado novo rearranjo das relações entre as pessoas e reconfiguração das instituições sociais (FRIDMAN, 2000). Nesse panorama sócio-histórico, os meios de comunicação desempenham uma função fundamental, uma vez que, dispondo do aparato tecnológico que marca este momento, faz circular discursos de modo a redimensionar a noção espaço-tempo (THOMPSON, 1999), reinventar a distinção entre o público e o privado (FRIDMAN, 2000) e transformar os modos de interação social (THOMPSON, 1999).

Diante da posição que ocupa na arquitetura da sociedade global, a mídia se torna um espaço sociodiscursivo privilegiado para disputas de poder, entre as quais, destacamos aquelas flagradas nas relações de trabalho. Nesse contexto, o jornalista enfrenta o desafio de

construir sua profissão como tal e não como apenas ocupação ou emprego. Essa tarefa requer atentar para os aspectos que respaldam as atividades dessa classe de trabalhadores.

De acordo com Kunczik (2002), tanto a profissão quanto a ocupação consistem em um complexo de atividades específicas que se cumprem, na maioria dos casos, até que termine a atividade econômica e para as quais se requer capacitação e educação prévia. A profissão diferencia-se da ocupação, entretanto, pela demanda de alta especialização e fundamentação teórica para seu exercício, além de contar com certo controle para a inclusão em dada atividade ocupacional e para seu desempenho. Já o emprego, diferencia-se da profissão e da ocupação pelo apelo econômico. Ainda conforme o autor, o emprego configura um meio de ganhar dinheiro, e não desempenha um papel na construção da história dos sujeitos. Isso significa dizer que, enquanto a profissão tem uma função constitutiva na subjetividade do indivíduo, o emprego opera como um mecanismo de enquadramento socioeconômico.

No Brasil, o processo de construção do jornalismo como profissão tem encontrado respaldo legal. Há organizações sindicais, associações, entre outros, que funcionam como elementos reguladores da profissão. Além disso, segundo o acórdão publicado em trinta de novembro de 2005, fica confirmada a constitucionalidade da exigência do diploma de jornalista para o exercício do jornalismo. Assim, encontramos a regulação dessa atividade ocupacional e a demanda de formação educacional, que definem o jornalismo como profissão e, portanto, vetor de construção de sujeitos.

Não obstante, há uma contrapartida social que pode pôr em xeque esse estatuto profissional. A emergência de instituições que comercializam a informação tem construído um enquadre empresarial para o jornalismo (RIBEIRO, 2001). O jornalista precisa, muitas vezes, vincular-se a uma empresa para desempenhar seu papel e, com isso, o jornalismo circunscreve-se num jogo cujas regras são as do parâmetro mercadológico. Desse ponto de vista, o profissional passa a ser aquele que ocupa uma função dentro de uma organização empresarial que comercializa informação. Isso pode reverter o estatuto da profissão, reorganizando-a como um emprego.

Nesse panorama, o que parece estar em jogo é o estatuto do trabalho do jornalista. Sua atividade ocupacional está organizada a partir

de uma perspectiva profissional ou a partir de um enquadre empregatício? Que espaços são projetados para o jornalista nas empresas que comercializam informação? Certamente, o modo como as empresas definem o jornalista nos diz algo sobre a maneira como a mídia tem articulado valores que constroem a ordem social. Diante disso, entendemos que o discurso institucional das empresas da informação revela engrenagens importantes para o funcionamento não só da mídia como da sociedade contemporânea.

Assim, procuramos neste trabalho pensar sobre a seguinte inquietação: como o discurso institucional de uma empresa da informação configura o estatuto do jornalista? Escolhemos, portanto, a carta de abertura do *Manual de Redação O Dia* (CURY, 1996) para ilustrar possíveis construções do estatuto, porque consiste em um texto institucional, devidamente assinado, dirigido especialmente ao jornalista e que pré-figura seu trabalho.

Para guiar nosso percurso investigativo, desdobramos nossa questão central em outras duas: 1) que lugares os mecanismos de textualização da carta projetam para o jornalista? 2) como as marcas enunciativas do texto corroboram o posicionamento dos interlocutores nessa situação de ação de linguagem?

Propomos, então, três etapas para desenvolvermos nossa argumentação. Partimos de uma breve reflexão sobre a situação de trabalho para justificar a abordagem discursiva da questão que levantamos; em seguida, posicionamo-nos teoricamente quanto à natureza da linguagem. Por fim, apresentamos breve análise da carta de abertura do manual de redação para ilustrar a complexidade imbricada na construção do estatuto do jornalista.

1 Uma perspectiva discursiva da situação de trabalho

A princípio, o tema aqui discutido parece escapar do âmbito da situação de trabalho. Temos tendência a compreender o termo apenas como o contexto físico em que as relações de trabalho se travam. Isso, todavia, excluiria muito do que antecede as atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho e muito do que se dá a partir dessas atividades e que efetivamente compõem a situação de trabalho. Conforme discute Brait (2002), as atividades humanas e a linguagem interpenetram-se e interdefinem-se, porque, entre outras razões, não há como dissociar o

que dizemos das esferas de atividades que emolduram nosso dizer. Em outras palavras, o dito insere-se sócio-discursivamente, uma vez que mobiliza não apenas formas lingüísticas, mas tudo quanto compõe as condições de produção, de circulação e de recepção do que é dito. Não dizemos apenas; dizemos algo, de determinado lugar, em determinado momento, com implicações específicas. Portanto, as relações sociais – dentre elas, as de trabalho – atualizam acontecimentos de ordem sociodiscursiva.

Dessa perspectiva, podemos considerar a situação de trabalho de uma maneira ampliada, de um modo que coloque em jogo uma rede de produções discursivas, compreendendo desde as produções mais “locais”, no interior de uma situação *stricto sensu* (mais imediatas ao contexto empírico em que as atividades de trabalho se desenvolvem), até as mais “externas” (aquelas que constroem representações constitutivas das atividades de trabalho) (ROCHA; DAHER; SANT’ANNA, 2002). Essa noção expandida permite-nos incluir na situação de trabalho três modalidades em que a relação trabalho/linguagem se configura: linguagem como trabalho, linguagem no trabalho e linguagem sobre o trabalho.

De acordo com Nouroudine (2002), a linguagem como trabalho pode ser analisada a partir das mesmas dimensões que qualquer atividade de trabalho. Quando a linguagem é ela própria trabalho, isto é, funciona como parte legitimada da atividade, ela adota, ao mesmo tempo em que revela, essa complexidade. Isso significa dizer que as complexidades do trabalho e da linguagem se confundem. Na relação linguagem/trabalho, todavia, nem toda linguagem é linguagem como trabalho. Apesar de constitutiva da situação de trabalho, há uma parcela que não participa diretamente da atividade ocupacional específica. Mas o que nos interessa aqui especificamente é a linguagem sobre o trabalho. Essa modalidade é flagrada, por exemplo, na transmissão de saberes no coletivo de trabalho ou, até mesmo, quando reportamos aquilo que fazemos nas atividades ocupacionais em relações pessoais.

A inclusão da linguagem sobre trabalho no âmbito da situação de trabalho permite acessar produções discursivas que não podem ser diretamente acessadas nas atividades de trabalho propriamente ditas e apreender dimensões generalizantes de categorias que, do ponto de vista *stricto sensu* da situação de trabalho, só conseguiríamos tangenciar uma atualização particular. Assim, podemos tratar, por exemplo, da

prescrição do trabalho. Como constituintes da situação de trabalho, os textos pré-figurativos fazem circular sentidos e discursos que desvelam valores fundadores das situações.

No caso da redação jornalística, o manual da editoria consiste em um texto pré-figurativo que projeta parte daquilo que é valorizado nas produções discursivas jornalísticas e traça um esboço do que está imbricado no exercício das atividades profissionais. Dessa maneira, mesmo que esse texto não esteja empiricamente presente nas atividades do jornalista, traduz valores que moldam e regulam a situação de trabalho. Os manuais de redação configuram, dessa perspectiva, documentos institucionais nos quais encontramos a chave para traçar o perfil do estatuto do jornalista. Para acessar a construção desse profissional ali, atenhamo-nos nos mecanismos de construção de sentido desses documentos.

2 A linguagem sobre o trabalho: uma abordagem interacionista sociodiscursiva

Abordar a questão do estatuto do jornalista em um texto institucional implica lidar com um objeto lingüístico, porém de natureza mais complexa do que uma perspectiva formal dos estudos da linguagem pode oferecer. Isso porque, a despeito da preponderância do verbal, pelo menos neste trabalho, a subjetividade inerente a qualquer ser humano, logo, inerente a toda atividade humana, é parte constitutiva desse objeto lingüístico. Assim como Bakhtin (2003), interessamo-nos pelo ser humano como produtor de textos; fora da linguagem, o humano seria objeto da Anatomia, Biologia etc. Semelhantemente, uma perspectiva da linguagem que ignore a construção dos sujeitos, reduziria nosso campo de atuação a um objetivismo abstrato que não nos permitiria acessar as ações humanas flagradas nos fenômenos verbais.

Diante dessa demanda, optamos pelo Interacionismo Sociodiscursivo (doravante, ISD) como fundamentação teórica e orientação metodológica. Pelos óculos do ISD, enxergamos o funcionamento dos textos que compõem a situação de trabalho do jornalista, entendendo que ali formas lingüísticas mobilizadas compõem o agir humano. Dentro desse aporte teórico, o agir humano é abordado como ação mobilizadora de representações conscientes e ativas do agente (MACHADO; MATENCIO, 2006). A estruturação desse agir

na perspectiva do ISD é organizada sobre três planos: o das razões do agir, o da intencionalidade e o dos recursos. No primeiro plano, distinguimos os determinantes externos do agir das motivações internas. Quando o agir é mobilizado a partir de determinações da ordem do coletivo, temos determinantes que são externos ao agente; ao passo que, quando podemos atribuir ao agir mobilizações internalizadas por sujeitos particulares, identificamos motivações internas.

No plano da intencionalidade, diferenciamos a finalidade, que também atende às demandas coletivas e é socialmente validada, da intenção propriamente dita, que corresponde à perspectiva individual, daquilo que é interiorizado pelo sujeito. Por fim, no plano dos recursos, os instrumentos e ferramentas disponíveis no ambiente do agir diferem-se das capacidades que configuram os recursos comportamentais ou mentais atribuídos ao sujeito.

A partir dos elementos organizados nesses três planos, identificamos como *actante* todo aquele que está imbricado no agir. Chamamos *agente* aquele que age a partir da ordem do coletivo, ou seja, impulsionado por determinantes externos, com finalidades e com instrumentos e ferramentas. Diferentemente, denominamos *ator* aquele cujo agir é impulsionado por motivações internas, intenção e capacidades. Diante dessa distinção, classificamos o agir humano de maneira geral e especificamos como *ação* somente o agir ao qual podemos atribuir motivações, intenção e capacidades dos sujeitos. O modo como o texto constrói os actantes revela o estatuto dos sujeitos: como alguém a quem atribuímos potencialidades e autonomia quanto ao seu posicionamento sócio-histórico – ator –, ou como um produto da organização social e por ele determinado – agente.

Desse modo, tangenciamos um ponto de dupla articulação social e discursiva, uma vez que entendemos que o estatuto dos sujeitos é construído e moldado na situação de ação de linguagem. Em relação à pré-figuração do trabalho do jornalista, encontramos textos que desenham o estatuto do profissional, sinalizando o espaço sociodiscursivo a ele reservado. Aquilo que os textos institucionais dizem do trabalho jornalístico, portanto, desvela como as empresas da informação contribuem para a constituição de uma profissão tão cara à ordem social do mundo globalizado.

Acessar essa interface verbo-social requer uma especificidade da noção de texto, que passamos agora a discutir. Dentro do parâmetro

teórico que escolhemos, o texto configura uma materialidade lingüística, mas não uma forma estática; consiste em unidade concreta de produção de linguagem situada, oral ou escrita, que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário. O aspecto situado e a inclusão do destinatário na definição do conceito trazem os sujeitos para o texto, o que o consolida como unidade comunicativa, um produto da atividade humana e, portanto, um fenômeno articulado a partir de determinadas condições de produção (BRONCKART, 2007).

O processo de construção dos sentidos num texto tem início, portanto, no contexto que delimita as possibilidades de significação. Conforme argumenta Bronckart (2006), as condições de produção de um texto definem-se pela articulação do contexto físico e do sócio-subjetivo de determinado actante. Quando alguém se lança na construção de um texto, seu agir é atravessado tanto pelas representações materiais de sua ação – sua identidade empírica, as representações concretas de co-emissores ou receptores e o enquadre espaço-temporal em que seu agir é situado – mas também pelas representações sócio-subjetivas da ação verbal – sua inscrição na comunicação como enunciador, alguém com uma faceta social especificamente marcada naquela situação de ação de linguagem, os modos de alocação dos enunciatários e os objetivos que se estabelecem a partir da interação entre essas duas personagens (enunciador/enunciatário). O cruzamento desses dois quadros de representações constitui o primeiro mecanismo coercivo que estrutura as ações verbais.

Enquadrado entre os eixos físico e sócio-subjetivo, o actante se vê diante do desafio de arquitetar sua ação de linguagem. Para tanto, precisa escolher dentre as diferentes possibilidades de mecanismos que a língua oferece para significar. A estruturação de um texto, todavia, não se restringe à opção por modelos pré-construídos na língua, mas implica as adaptações que o actante faz desses modelos. Afinal, o acontecimento verbal não é apenas materialidade lingüística, mas também circunscrição enunciativa.

Uma das primeiras operações de linguagem que dão forma a um texto é a opção que o actante faz do(s) tipo(s) de discurso com o(s) qual(is) vai significar. Atualmente, identificamos quatro tipos de discurso básicos: interativo, teórico, relato interativo e narração. O primeiro implica os participantes, que são marcados claramente no texto (BENVENISTE, 2005). Nesse tipo de discurso, há um

alinhamento do tempo de enunciação com o tempo de referência. O tipo de discurso teórico, por outro lado, constrói-se numa perspectiva impessoal (*idem*), estabelecendo uma disjunção temporal: o tempo da enunciação desvincula-se do tempo de referência. Quanto ao tipo de discurso relato interativo, encontramos marcas do enunciador que situa o que enuncia como distante temporalmente do momento da enunciação. Já o tipo de discurso narração desloca aquilo que é enunciado do momento de produção textual, apagando as principais marcas dos participantes da interação (*ibidem*).

Os tipos de discursos configuram coerções morfossintáticas, uma vez que mobilizam formas lingüísticas que marcam a relação entre o contexto e a forma de apresentação dos conteúdos a partir da relação de tempo e espaço de produção (MACHADO, 2005). Operam também no nível psicológico uma vez que configuram operações discursivas (portanto, implicam sujeitos) que põem em diálogo o universo do discurso e a realidade interacional, inerentes a qualquer situação de ação de linguagem. Quanto à planificação, os tipos de discurso mobilizam determinadas seqüências textuais, que passamos a discutir.

As seqüências textuais, de estatuto fundamentalmente dialógico, configuram protótipos de operações discursivas organizadas em formas mais canônicas de o produtor construir os sentidos e projetar os efeitos pretendidos sobre o destinatário. Como protótipos, as seqüências textuais revelam as representações que orientam o actante a organizar os conteúdos de um texto a partir de determinadas fases, conforme podemos ver no quadro abaixo, extraído de Machado (2005):

Quadro 1 – Seqüências, representações dos efeitos pretendidos e fases correspondentes

Seqüências	Representações dos efeitos pretendidos	Fases
Descritiva	Fazer o destinatário ver em detalhe elementos de um objeto de discurso, conforme a orientação dada a seu olhar pelo produtor	Ancoragem Aspectualização Relacionamento Reformulação
Explicativa	Fazer o destinatário compreender um objeto de discurso, visto pelo produtor como incontestável, mas também como de difícil compreensão para o destinatário	Constatação inicial Problematização Resolução Conclusão/Avaliação
Argumentativa	Convencer o destinatário da validade de posicionamento do produtor diante de um objeto de discurso visto como contestável (pelo produtor e/ou pelo destinatário)	Estabelecimento de: - premissas - suporte argumentativo - contra-argumentação - conclusão
Narrativa	Manter a atenção do destinatário, por meio da construção de suspense, criado pelo estabelecimento de uma tensão e subseqüente resolução	Apresentação de: - situação inicial - complicação - ações desencadeadas - resolução - situação final
Injuntiva	Fazer o destinatário agir de um certo modo ou em uma determinada direção	Enumeração de ações temporalmente subseqüentes
Dialogal	Fazer o destinatário manter-se na interação proposta	Abertura Operações Transacionais Fechamento

Apesar de não guardar nenhuma relação *a priori* com os textos, as seqüências dialogam com o tipo de discurso para compor o que Bronckart (2006) chama de infra-estrutura da arquitetura textual. De acordo com o autor, a arquitetura textual pode ser dividida em três níveis: a infra-estrutura, a coerência temática e a coerência pragmática.

O primeiro e mais profundo compreende os tipos de discurso e eventuais seqüências textuais que organizam o planejamento geral do conteúdo temático do texto. O segundo é constituído pelos mecanismos de textualização, que contribuem para dar coerência temática ao texto. As relações anafóricas e catafóricas, por exemplo, organizam informações para que não se dispersem no texto, mas sejam seqüenciadas de maneira coerente. Semelhantemente, a coerência verbal

articula o conteúdo do texto numa linha referencial que permite aos participantes da interação se ajustarem no tempo de acordo com as especificidades das representações de determinada enunciação. Por fim, no nível mais superficial, identificamos o tipo de engajamento enunciativo construído no texto. Isso implica a articulação de diferentes vozes e pontos de vista, bem como os processos de modalização, que vão elucidar a perspectiva do enunciador e o espaço projetado para os enunciatários.

Notemos que esses níveis da arquitetura textual são separados por razões de argumentação teórica. A ação verbal concreta, a situação de ação de linguagem implica articular todos esses fenômenos para que efetivamente se construa um texto. Essa divisão apenas nos dá acesso a diferentes movimentos imbricados e implicados na comunicação humana.

3 O que é feito do estatuto do jornalista no discurso institucional do *Dia*?

Na busca de descrever como o discurso empresarial do jornal postula o estatuto do jornalista, iniciamos a breve análise da situação de ação de linguagem com a descrição das condições de produção da carta editorial que abre o *Manual de Redação O Dia* (anexo). No plano físico da ação, identificamos o emissor, que assina o texto: Ary Carvalho; e inferimos que os receptores dessa carta sejam leitores do manual de redação jornalística, possivelmente, jornalistas em serviço ou pré-serviço. Apesar de desconhecermos o tempo e o local de produção da carta, temos acesso às informações de sua publicação: Rio de Janeiro, RJ, 1996. No plano sócio-subjetivo, encontramos também uma assinatura do enunciador, que se posiciona de uma perspectiva institucional: o presidente da empresa. Em contrapartida, reconhecemos os co-enunciadores como funcionários do *Dia*, os subordinados ao presidente, mais especificamente, aqueles envolvidos na redação dos textos veiculados pelo jornal (repórteres, redatores, editores, revisores de texto etc.). Nessa interação, portanto, a instituição que regula o ato de enunciar é a empresa *O Dia*, organizada hierarquicamente com superiores e subordinados e atravessada por valores neo-liberais, que regem o funcionamento mercadológico no qual se insere qualquer empresa na contemporaneidade. Diante desse quadro, criamos a

hipótese de que o objetivo do texto – da carta – seja ratificar, justificar a publicação do manual. Em outras palavras, o projeto discursivo da carta visa inscrever o material publicado na política empresarial do jornal.

Partindo desse contexto, voltamo-nos para a descrição da arquitetura textual da enunciação em foco, seguindo os níveis discutidos por Bronckart (2006). Quanto à infra-estrutura da carta, identificamos o tipo de discurso interativo. As marcas da situação de enunciação estão bem claras: encontramos sujeitos desinenciais em primeira pessoa do plural, que identificam o enunciador (*temos e vínhamos* – oitava linha; *ganhamos* – décima primeira linha da carta; anexo). Além desse posicionamento explícito de quem enuncia, a localização temporal expressa pelos adjuntos adverbiais *nos últimos cinco anos* e *agora* (sexta e décima primeira linhas, respectivamente) e o demonstrativo *este* (décima primeira linha) referindo-se ao próprio material que veicula a carta também nos desvelam parte dos parâmetros enunciativos que moldam o texto.

Ainda atentando para a infra-estrutura da carta, reconhecemos uma seqüência explicativa. Em consonância com o efeito sobre o destinatário pretendido pelo projeto discursivo da carta – justificar a publicação do manual e circunscrevê-lo na política da empresa –, a seqüência explicativa adotada pelo enunciador parte de uma constatação inicial que postula os aspectos imbricados na atividade jornalística de redigir matérias, apresentando aquilo que é prescrito para o exercício ético da profissão de jornalista e apontando problemas comumente identificados nas produções. Em seguida, delimita um problema, mencionando as transformações pelas quais a empresa tem passado para garantir a qualidade dos textos que veicula, e aponta como estratégia da empresa para a resolução desse problema a publicação do *Manual de Redação*. Por fim, o enunciador conclui, ratificando a validade da nova publicação para o alcance das metas do jornal.

No nível da coerência temática, identificamos os mecanismos de textualização que contribuem para a arquitetura do texto em foco. Quanto ao desenvolvimento da conexão temática, verificamos os movimentos lingüísticos que marcam as transições entre as fases da seqüência explicativa da carta. A constatação inicial é construída de uma perspectiva impessoal, sem marcas que desvelam claramente a posição do enunciador. Os verbos estão, em sua maioria, em terceira

pessoa do singular (a não pessoa – cf. BENVENISTE, 2005) ou no infinitivo. Esse distanciamento do contexto de produção textual confere um tom de imparcialidade e de verdade que valoriza as estratégias da empresa para se articular diante dos impasses que enfrentam.

A fase de problematização é organizada com uma linguagem claramente vinculada à enunciação. A paragrafação já indica um movimento textual, e a explicitação do enunciador contribui para a transição de fase na seqüência explicativa. As asserções na fase de constatação são genéricas e impessoais; na problematização, a empresa é introduzida no texto (O DIA – em maiúscula, como de costume, e em negrito – na sexta linha da carta), e o enunciador explicitamente marcado nas desinências verbais (*temos procurado* e *vínhamos perseguindo*, oitava linha). Isso imprime no texto a perspectiva institucional do enunciador e, portanto, da enunciação e do próprio texto. O que não fica claro, entretanto, é a abrangência da primeira pessoa do plural que define o enunciador. Apesar de *nós* parecer abranger os membros da instituição, a referência diferenciada ao repórter (décima linha) demove a classe de jornalistas dessa posição de enunciador.

Assim, interpretamos essa configuração de quem enuncia como aquele ou aqueles que efetivamente são responsáveis pela política da empresa; aqueles que traçam metas e decidem as estratégias para alcançá-las. Uma vez que o texto é assinado por Ary Carvalho, Presidente da empresa, deduzimos que o enunciador seja a cúpula que efetivamente age, ou seja, que tem motivações para suas atitudes, intenções subjacentes ao agir e capacidades para efetuar esse agir. Ao se referir aos jornalistas de maneira impessoal (terceira pessoa do singular; cf. BENVENISTE, 2005), o enunciador limita as possibilidades desses profissionais de se posicionarem como co-enunciadores (o lugar da segunda pessoa, cf. BENVENISTE, 2005) ativos. Por mais que sejam eles os destinatários desse texto, suas opções para agir são tolhidas, e sua condição subordinada na hierarquia da empresa é reforçada pela denominação *repórter* (décima linha), que não indica profissão, mas a função desempenhada dentro da empresa.

Ainda tratando da conexão temática no texto, a fase da resolução é organizada também com a posição do enunciador bem marcada. Mais uma vez, o sujeito desinencial (*ganhamos* – décima primeira linha) em primeira pessoa do plural mantém a voz institucional da cúpula responsável pela empresa, e os dêiticos *agora* e *este* (décima

primeira linha) referindo-se à publicação e ao próprio *Manual de Redação*, respectivamente, fazem coincidir o contexto de referência e o de enunciação. Isso localiza o texto num eixo *aqui-agora* no qual o material publicado configura a resolução do problema previamente delineado.

Por fim, a avaliação é construída no texto por meio de novo movimento de disjunção do contexto enunciativo. Os jornalistas continuam posicionados como ausentes da enunciação (*eles*, décima terceira linha da carta), e o enunciador volta a falar de termos de ordem teórica (o vocabulário sinaliza isso: *princípios éticos, fundamentos da linguagem jornalística*, por exemplo, da décima quarta à décima sexta linha). Apesar de não retomar o mesmo distanciamento do primeiro parágrafo, na conclusão, o enunciador abre mão de um posicionamento explícito, mantendo a perspectiva institucional pelo vocabulário (*qualidade, princípios éticos* – décima quarta linha – que, por meio da oração subordinada adjetiva explicativa, o enunciador dissocia tais princípios do ponto de vista do profissional).

Continuando no âmbito da coerência temática, identificamos a apresentação de quatro personagens: o jornalista, O Dia, nós (o enunciador) e o *Manual de Redação*. Observamos uma estabilidade no posicionamento dos jornalistas, que não são construídos como pessoas nessa enunciação (BENVENISTE, 2005). Quanto à articulação da perspectiva institucional no texto, percebemos que há um compartilhar de responsabilidades: ora a instituição é apresentada como empresa – O Dia –, ora como o próprio enunciador – nós. Dessa maneira, o enunciador marca o posicionamento superior da empresa em relação ao jornalista na hierarquia do jornal e revela quem tem efetivamente o poder de ação dentro desse espaço institucional.

A coesão verbal também ratifica a hierarquia que define o estatuto dos actantes nessa situação de ação de linguagem. O primeiro momento do texto (a fase de constatação) é organizado a partir de expressões de caráter deontico (*tem o dever de e deve*, primeira e segunda linhas, respectivamente). Isso sinaliza que a razão do agir dos jornalistas tem determinantes externos, alheios à motivação interiorizada pelo profissional em particular, e a opção do enunciador pelo presente do indicativo auxilia a construir um tom de generalidade e veracidade.

A postulação do jornalista como agente, e não como ator, é confirmada no segundo parágrafo. Ali os protagonistas são basicamente o enunciador e o *Manual de Redação*, que representam a perspectiva

institucional. Os protagonistas, que representam a empresa, ocupam a posição de sujeito das orações, ao passo que o jornalista, denominado *repórter* nesse momento (décima linha), ocupa a função de objeto direto. O agir do jornalista – o ato de escrever – tem uma finalidade que traduz valores institucionais, portanto, de cunho coletivo, e não do profissional. O advérbio *acertadamente* (décima linha), dentro dessa arquitetura textual, desvela a avaliação e restrição empresariais sobre o agir desse profissional, que opera a partir desses determinantes externos a si.

Esse desenvolvimento temático dialoga com o tipo de discurso interativo e a seqüência textual de uma maneira peculiar. A opção por um modelo interativo sugere uma abertura discursiva para construção de sentidos. Entretanto, a marcação clara do enunciador (em primeira pessoa do plural) com uma voz institucional bem definida em contraponto com um co-enunciador localizado fora da enunciação (deslocamento da segunda pessoa para a posição de não pessoa; cf. BENVENISTE, 2005) silencia o jornalista, ratifica valores mercadológicos e empresariais além de imprimir um autoritarismo à interação proposta. Aliada a isso, a escolha de uma seqüência explicativa reafirma a assimetria entre os interlocutores.

Nessa situação de ação de linguagem, então, encontramos a articulação do jornalista como um agente, ou seja, alguém cujo agir é vinculado a determinantes externos e alguém que obedece a finalidades de origem coletiva, no caso, de origem no nível institucional, da empresa O Dia. Os valores institucionais, que traduzem o funcionamento de um sistema mercadológico coerente com uma política neoliberal, são reafirmados na consolidação das relações assimétricas bem marcadas. A subordinação do jornalista, construído nesse texto não como um profissional, mas como um funcionário, ratifica seu estatuto como de alguém que tem espaço para agir em favor da empresa, e não de acordo com a ética de uma profissão.

Considerações finais

Para concluir este breve artigo, levantamos os seguintes questionamentos: o discurso empresarial, a despeito de ratificar seus padrões de valores, dá margem para um contra-discurso? De que modo os jornalistas exercem suas atividades profissionais: como agentes

(meramente a serviço da ordem social) ou como atores (posicionando-se dentro da ordem social como sujeitos)? Como os jornalistas se inscrevem na linguagem como trabalho?

A presente discussão buscou apontar a complexidade imbricada na situação de trabalho do jornalista e sua relevância para a ordem social contemporânea a partir das representações do estatuto do jornalista em uma carta de abertura de um manual de redação jornalística. Diante da posição que a mídia ocupa na arquitetura da sociedade, as questões ligadas ao trabalho de um profissional responsável pela divulgação de informação tocam o cerne de um mecanismo fundamental da atual política do mundo. Em particular, a preocupação com a pré-figuração do trabalho do jornalista se deve ao fato de entendermos que nesse espaço sociodiscursivo circulam sentidos que traduzem valores constituintes de importante parte desse pilar da contemporaneidade – a mídia na figura do jornalismo. Assim, reconhecemos a grandeza do problema trabalhado aqui, mas esperamos ter aberto espaço para diálogos profícuos a respeito da condição dos sujeitos na relação trabalho/linguagem nesse âmbito.

Anexo

MANUAL DE REDAÇÃO

O DIA

01 O jornalista tem o dever de escrever corretamente. E mais: além do cuidado gramatical, deve produzir o texto dentro da técnica jornalística. É comum encontrar matérias com o *lead* no meio ou no final, sem contar o emprego de palavras inapropriadas ou há muito desusadas na elaboração do texto.

05 **O DIA**, nos últimos cinco anos, está em permanente processo de evolução: junto com mudanças gráficas, utilização de cores e impressão em offset, temos procurado melhorar a qualidade do texto. Mas vínhamos perseguindo esse objetivo de forma desordenada, sem um manual que pudesse orientar o repórter a escrever acertadamente.

10 Ganhamos agora a certeza de que, com este Manual de Redação, **O DIA** entrega aos seus jornalistas um trabalho capaz de ajudá-los a exercer com mais segurança a profissão. Ao manuseá-lo, eles saberão como produzir um texto não só de qualidade, mas também alicerçado em princípios éticos, que não podem estar dissociados da clareza e dos fundamentos da linguagem jornalística.

ARY CARVALHO
Presidente do **DIA**

20

5

146

SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 11/1, p. 131-149, jul. 2008

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. [1979]

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 5. ed. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Néri). Campinas: Pontes, 2005.

BRAIT, B. Perspectiva dialógica, atividades discursivas, atividades humanas. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Trad. Inês Polegatto; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002. p. 31-44.

BRASIL. Ministério Público Federal. Ementa constitucional processual civil. Ação civil pública. Requisitos para o exercício da profissão de jornalista. Legitimidade ativa do Ministério Público Federal. Fenômeno da recepção. Via adequada matéria eminentemente de direito. Julgamento antecipado. Possibilidade. Inexistência de litisconsórcio necessário com outros sindicatos. Decreto-lei n. 972/69. Recepção formal e material pela carta política de 1988. Exigência de curso superior de Jornalismo. Ausência de ofensa à liberdade de trabalho e de imprensa e acesso à informação. Profissão de grande relevância social que exige qualificação técnica e formação especializada. Inexistência de ofensa à convenção americana sobre direitos humanos. União Federal, Federação Nacional de Jornalistas e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo. Relator Juiz Conv. Manoel Álvares/4ª turma. Acórdão 30 nov. 2005. *Diário de Justiça*, seção 2, nº 229, 30 nov. 2005, p. 368.

BRONCKART, J-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. Por um interacionismo sociodiscursivo. 2. ed. Trad. Anna Rachel Machado; Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2007.

_____. Os gêneros de textos e os tipos de discursos como formato das interações propiciadoras de desenvolvimento. In: MACHADO, A. R.; MATENCIO, M. de L. M. (Orgs.) *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Trad. Anna Rachel Machado; e Maria de Lourdes

Meirelles Matencio [et al.]. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 121-160.

CURY, A. G. (Col.). *Manual de redação O Dia*. Rio de Janeiro: O Dia, 1996.

FRIDMAN, L. C. *Vertigens pós modernas – configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

KUNCZIK, M. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*. 2. ed. Trad. Rafael Varela Jr. São Paulo: Editora da USP, 2002.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEUER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 237-259.

_____; MATENCIO, M. de L. M. (orgs.) *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Trad. Anna Rachel Machado; Maria de Lourdes Meirelles Matencio [et al.]. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Trad. Inês Polegatto; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-30.

RIBEIRO JUNIOR, J. C. N. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

ROCHA, D.; DAHER, M. del C. F. G.; SANT'ANNA, V. L. de A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Trad. Inês Polegatto; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002. p. 77-91.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 2. ed. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1999.